

**Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# Dando Voz à Resistência: a Importância da Oralidade nos Meios Acadêmicos

## Voicing Resistance: the Importance of Orality in Academia

## Voz a la Resistencia: Importancia de la Oralidad en la Academia



Ana Carolina da Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil  
[anacarolinadasilva2805@gmail.com](mailto:anacarolinadasilva2805@gmail.com)



Poliene Soares dos Santos Bicalho

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil  
[poliene.bicalho@ueg.br](mailto:poliene.bicalho@ueg.br)



Wisley Micael Soares da Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil  
[wisleymicael@hotmail.com](mailto:wisleymicael@hotmail.com)

**Resumo:** O artigo explora a marginalização das narrativas indígenas brasileiras no meio acadêmico, abordando a forma como a oralidade é frequentemente desconsiderada em favor da tradição escrita. A problemática central é a desvalorização das práticas culturais orais, que contribuem para a diminuição do reconhecimento acadêmico dos saberes indígenas. Os objetivos são analisar a exclusão histórica dos povos originários da academia e avaliar as implicações dessa exclusão para preservar suas narrativas. Utilizando uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, a pesquisa identifica que a hegemonia da escrita e o eurocentrismo histórico têm relegado as

tradições orais a um status inferior. Conclui-se que a integração das tradições orais com a escrita é crucial para uma representação mais justa dos povos indígenas e que a academia deve reavaliar seus critérios de validação do conhecimento para promover uma inclusão efetiva dessas culturas.

**Palavras-chave:** História oral. Historiografia. Memória coletiva. Povos originários.

**Abstract:** The article explores the marginalization of Brazilian Indigenous narratives within the academic sphere, addressing how orality is often disregarded in favor of written tradition. The central issue is the undervaluation of oral cultural practices, contributing to the diminished academic recognition of Indigenous knowledge. The objectives are to analyze the historical exclusion of Indigenous peoples from academia and assess the implications of this exclusion for preserving their narratives. Using a qualitative approach and bibliographic review, the research identifies that the hegemony of writing and historical Eurocentrism has relegated oral traditions to a lower status. It concludes that integrating oral traditions with written forms is crucial for a fairer representation of Indigenous peoples and that academia must reassess its criteria for knowledge validation to promote the effective inclusion of these cultures.

**Keywords:** Oral history. Historiography. Collective memory. Native peoples.

**Resumen:** El artículo explora la marginalización de las narrativas indígenas brasileñas en el ámbito académico, abordando cómo la oralidad a menudo es desconsiderada en favor de la tradición escrita. La problemática central es la desvalorización de las prácticas culturales orales, que contribuyen a la disminución del reconocimiento académico de los saberes indígenas. Los objetivos son analizar la exclusión histórica de los pueblos originarios de la academia

y evaluar las implicaciones de esta exclusión para la preservación de sus narrativas. Utilizando un enfoque cualitativo y una revisión bibliográfica, la investigación identifica que la hegemonía de la escritura y el eurocentrismo histórico han relegado las tradiciones orales a un estatus inferior. Se concluye que la integración de las tradiciones orales con la escritura es crucial para una representación más justa de los pueblos indígenas y que la academia debe reevaluar sus criterios de validación del conocimiento para promover una inclusión efectiva de estas culturas.

**Palabras clave:** Historia oral. Historiografía. Memoria colectiva. Pueblos originarios.

*Data de submissão: 31/08/2024*

*Data de aprovação: 13/12/2024*

## Introdução

Desde sua gênese, a humanidade se alicerçou na oralidade transposta em narrativas, entre visões distintas de um mesmo mundo que acabavam por desnudar a realidade que a circundava, por meio de perspectivas únicas e inéditas. Por séculos, diversos povos contribuíram com suas descobertas, mitos e dogmas para escrever a grande história humana no planeta Terra, compartilhada em meio a temores e incertezas.

Nesse passo, técnicas e formas se desenvolveram a fim de melhor registrar cada mísero avanço cotidiano, perpetuando a espécie em meio a uma extensa rota de saberes. Sob essa ótica, munido pela fala e por sua alta cognição, o ser humano pôde experimentar o mundo e narrar seus detalhes segundo seus modos e vontades, observando, registrando e transmitindo seus erros e certezas. Com o decorrer das eras, havendo a demanda de transmitir tal conhecimento a longas distâncias físicas e temporais, viu-se a necessidade de produzir avatares físicos desses saberes.

Com a dispersão das massas e a fundação de grandes centros urbanos, paredes, placas e papiros outrora tão fundamentais ao passado humano já não supriam as exigências, sendo necessário, portanto, que novos meios fossem experimentados. Desse modo, surgiram novas formas de se produzir e arquivar memórias, com vistas a

reorganizar as bases sociais que, em tempos remotos, seguiam por rotas tão distintas.

Nesse recorte, o mundo moderno se estabeleceu de modo direto e o clero, o capital, o conflito e a notícia se fizeram peças robustas, que, juntas, demonstravam as novas faces de um mundo humano puramente letrado e experienciado. Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 375), com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva e, principalmente, a “memória artificial” foram profundamente transformadas, em um processo árduo de redescobrimto psíquico e social.

Novas memórias nascem de uma realidade que, em curto prazo, não visava desfazer todas as descobertas do “mundo arcaico” que a precedeu, mas localizava as melhores formas de inseri-las conforme suas necessidades imediatas. Assim sendo, o novo ambiente científico e industrial passava a exigir registros palpáveis de cada aspecto do mundo, renegando e descredibilizando quaisquer formas de perceber a realidade que destoasse desses parâmetros; uma forma de controle silenciosa e eficiente, que, em um avanço despreocupado, acaba por gerir o todo em favor daqueles que melhor se apoderam das narrativas históricas, convertendo-as em suas inúmeras necessidades.

[...] a historiografia surge como seqüência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. Estas atualizações também podem afetar o vocabulário do historiador, introduzindo-lhe anacronismos conceituais e verbais, que falseiam gravemente a qualidade do seu trabalho. É o que acontece em exemplos relativos à história inglesa e europeia entre 1450 e 1650 e, a propósito de termos como “partido”, “classe”, etc. (Goff, 1990, p. 22)

Isso posto, falar do século XXI e de seus métodos de registro das narrativas implica explorar, inevitavelmente, a trajetória dos que por elas são esquecidos, em uma realidade letrada que aos poucos finda memórias. Nas Américas, bem como em diversas partes do mundo, a cultura dos povos originários tem sido minimizada em espaços acadêmicos por conta de suas bases oralizadas.

Em sua construção de mundo, diversos povos indígenas baseiam suas produções intelectuais e científicas em observações e experimentações do mundo que os circundam, uma cultura oral e imagética que poucas vezes encontra brechas em literaturas e produções técnicas:

A oralidade tem para eles um papel político, cultural e educativo na (re)construção de sua história e cultura; ela está ligada diretamente à valoração de suas memórias, de seus saberes, de suas formas de pensar e de estar no mundo, constantemente em mudanças. (Santana; Santana, 2019, p. 322)

Nesse espaço, a grande dúvida que permeia o debate se faz presente em questionamentos mais básicos, a saber: como valorizar uma leitura de mundo tão ímpar, em meio a espaços acadêmicos que pouco reconhecem suas técnicas?

Esse cenário gradativamente enfraquece lutas e empobrece ambientes que clamam por novas formas de ler o mundo, no passado se espelham e no presente se justificam em meio a suas autossabotagens.

Pensar as fundamentações dessa categoria de preconceitos remete instantaneamente a um passado longínquo, precedente dos grandes impérios e das contentadas que paulatinamente moldaram as bases sociais da humanidade, em uma “pré-história” limitante, que compartilha formas variadas que pouco refletem o que se anseia na modernidade, como rochas brutas sem entalhes ou valores estéticos.

Esses preconceitos estão restritos a classificações extremamente depreciativas, tidas por Claude Lévi-Strauss (1989) como “armadilhas da identidade pessoal”, renegando quaisquer leituras de mundo que destoem de suas bases ideológicas e culturais já estabelecidas.

O conhecimento dos homens às vezes parece mais fácil para aqueles que se deixam prender na armadilha da identidade pessoal. Mas assim eles fecham para si a porta do conhecimento do homem: toda pesquisa etnográfica tem seu princípio nas “confissões” escritas ou inconfessadas. [...] A partir de então, o grupo e a época de cada sujeito far-lhe-ão as vezes de consciência intemporal. (Lévi-Strauss, 1989, p. 277)

Nesse sentido, moldam-se em primeiras impressões, que dificilmente encontrarão processos de revisão histórica que ocasionem mudanças significativas ao ambiente geral, estruturando o presente em contatos breves e pouco



proveitosos. Situam-se, portanto, em projeções da realidade completamente ofuscadas por anseios de se chegar ao mundo americano que se revelava pós-século XV, em meio a lutas por lucros que jamais contemplaram aqueles que, ao olhos do velho continente, eram meros produtos da pré-história.

No Brasil, Pero de Magalhães Gândavo traduzia, em sua carta a Portugal, uma fração do novo ambiente que observava, em meio à natureza exuberante e a homens que se organizavam em seu padrão selvagem.

[...] são desagradecidos em Grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo. Vivem todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão de comer, beber, e matar gente [...] A língua de que usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos difere nalgumas partes; mas não de maneira que se deixem uns aos outros de entender [...] carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido. (Gândavo, 2013, p. 26-27)

Trata-se, contudo, de uma leitura reducionista, capaz de atrelar aos povos originários do Brasil uma série de preconceitos que por anos buscam justificar o estado de abandono que pouco a pouco extingue suas narrativas do mundo, incapaz de contá-las de forma alguma.

Assim sendo, a partir de uma observação geral, faz-se nítido que a história passou a ser contada por aqueles que melhor se adaptaram às técnicas de releitura dos fatos e dos relatos cotidianos; aos que não conseguiram ou não

pueram se adaptar restou apenas o contentamento com uma realidade galgada em lutas diárias por partes do espaço social que a eles era renegado.

Por sua cultura majoritariamente oralizada, os povos originários brasileiros, como as diversas comunidades estrangeiras, têm suas vivências e suas culturas olvidadas dia após dia, por aqueles que, em sua ignorância absoluta, não se dispõe a conhecê-las. Desse modo, a comodidade do mundo já escrito e erroneamente simplório resulta, em sua essência, cada vez mais no empobrecimento das narrativas, fadadas a apenas reconhecerem a história por meio daqueles que souberam tomá-la de assalto.

Isso posto, o presente artigo visa observar os modos com que a cultura dos povos indígenas no Brasil acostumou-se a ser colocada à parte, tanto em seus aproveitamentos práticos quanto em suas contribuições a um espaço acadêmico naturalmente necessitado; além de pensar nos processos que convergiram para o abandono e a desvalorização de seus saberes, em prol de um mundo modernizado que pouco se preocupa com suas necessidades ou vontades.

Dessa forma, a principal resposta para a pergunta previamente apresentada se restringe a uma simples palavra: conhecimento, pois compreender as nuances de suas realidades inevitavelmente converte a ignorância imposta em ferramentas do saber. Assim sendo, as páginas seguintes visam descrever, claramente, os processos e as necessidades atreladas ao debate que aqui se fortalece,

para melhor favorecer a valorização de narrativas que há muito tempo se ressignificam.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o artigo se limita a uma pesquisa qualitativa de base exploratória e explicativa, visando compreender o conflito quanto à cultura oralizada por meio de suas origens e de seus fins aparentes. Tratando-se de seu método, a pesquisa apresenta bases dialéticas, aspirando apresentar as características da tradição oralizada, as vicissitudes históricas que fundamentaram uma realidade letrada e, por fim, os benefícios de um espaço acadêmico que melhor aproveite a qualidade de ambas. Por fim, suas validações se dão graças às análises bibliográficas, estruturando o debate em meio a produções históricas e sociológicas de autores distintos, para melhor fortalecer as argumentações aqui expressas.

## **O Que Faz Uma Sociedade Ser “Pré-histórica”?**

Quando se começa a estudar história nas escolas, o termo “Pré-história” é apresentado ao estudante em associações com pinturas rupestres, ossadas humanas, entre outros vestígios materiais. O homem “pré-histórico” é a partir dali visto como um dos estágios entre o homem e o primata, na típica e redutiva representação da ‘teoria da evolução’, amplamente difundida. O homem da “Pré-história” não é, portanto, um homem, mas sim um estágio anterior ao ser humano e sua história não é realmente História, e sim um estágio que a precede.

O ser humano é um animal social, que está sempre em busca de seus semelhantes e os encontra a partir da observação de atributos com os quais possa se identificar. A falta da escrita, em sua forma ocidentalizada e convencionalmente aceita, entre os povos ágrafos faz com que os registros de suas vidas, seus pensamentos e suas interações sociais sejam extremamente limitados àqueles que não comungam de especificidade cultural. “As fontes históricas materiais não são capazes de contar uma história completa e não é possível encontrar associações adequadas aos primeiros habitantes de um território nas populações indígenas que atualmente vivem nele” (Prous, 2006, p. 8). Compreensível, portanto, que a humanidade atual enxergue certa distância, para além da temporalidade, entre si e aqueles que habitaram a terra antes da escrita. No entanto, tal distância vem sendo historicamente reforçada por ideais que valorizam unicamente a ótica da historiografia europeia.

Com a expansão marítima e a ocupação europeia de diferentes territórios, os homens letrados chegaram naquele que seria futuramente denominado continente americano. A partir daí, pela primeira vez naquele território, sua história era contada por meio da escrita. No Brasil, em 1500, Pero Vaz de Caminha escrevia a “Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil”, considerada o primeiro documento a ser escrito em terras brasileiras e a descrever tais terras. A carta, é claro, vinha recheada de espanto diante de seus povos e de seus modos de vida.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas. E estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto. Traziam [...] os beijos debaixo furados e metidos por eles senhor ossos de osso branco de comprimento duma mão travessa e de grossura dum fuso de algodão e agudo na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo e o que lhe fica entre os beijos e os dentes é feito como roque de xadrez; e em tal maneira o trazem ali encaixados, que lhes não dá paixão nem lhes estorva a fala, nem comer, nem beber. (Caminha apud Fonseca, 2000, p. 39-40)

Não se admira a existência de tal estranheza, já que aqueles novos homens e mulheres eram diferentes de todos os vistos pelos europeus até aquele momento.

O que a Carta nos vem formular, de modo lapidar e com poucas margens para dúvidas, é que o objecto desejado não corresponde a nenhum dos dados informativos prévios e que o outro não faz parte de nenhum tipo de alteridade de quantas já estavam integradas na enciclopédia dos navegadores ocidentais. O índio, ao contrário do que se esperava, não é um oriental (o seu nome é um equívoco) e todo o saber sobre o exótico, seja ele o do mais familiar, africano, ou mais estranho (apenas noticiado), oriental, não se adapta ao ente descoberto (Jorge apud Fonseca, 2000, p. 40).

Sendo assim, o que se conhece dos povos originários é filtrado pela perspectiva daqueles primeiros europeus e de sua visão limitada e limitante desses povos. O próprio estudo dos indícios arqueológicos deixados pelos homens ágrafos, que deveria ser objetivo, acaba sendo modelado a partir do pensamento europeu, já que eram os únicos registrados pela escrita.

No final do século XIX, foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas nos sambaquis de Santa Catarina por Von den Steinen, e em sítios do Amapá por Emílio Goeldi. Na perspectiva daquela época, tratava-se essencialmente de encontrar objetos que permitissem saber qual era o “patamar evolutivo” atingido pelos indígenas brasileiros em relação a uma escala estabelecida na Europa. Considerava-se que os nativos do Brasil eram muito primitivos, e que seus ancestrais seriam incapazes de elaborar as belas cerâmicas e esculturas de pedra encontradas em vários sítios. Dessa forma, muitos atribuíram as cerâmicas Marajoara a povos fenícios ou gregos – que teriam desembarcado aqui na Antiguidade – e as esculturas dos sambaquis a uma influência das culturas andinas (Prous, 2006, p. 10).

Observa-se, portanto, que enxergar povos ágrafos como pré-históricos e primitivos vem, acima de tudo, da aceitação e reprodução de ideais dominante advindas da Europa, que não necessariamente refletem a realidade. A escrita facilita o estudo da história por registrar fatos de determinados períodos, mas é também limitada pelas perspectivas de quem a escreveu. Portanto, apesar de ser um desafio – e por vezes uma tarefa impossível – conhecer a história de populações ágrafas, não se deve fazê-lo a partir de produções de terceiros, pois suas observações se mostram contaminadas por distorções da realidade, alimentadas por anos de coerções intelectuais.

Além disso, já que a sociedade letrada foi aquela que narrou a história em escolas e universidades até os dias atuais, esta acaba por reforçar seus métodos como os melhores, refletidos ainda hoje nos parâmetros do meio acadêmico: tudo é escrito. A história escrita continua a ser mais valorizada. Este presente trabalho é escrito, e baseado

em fontes majoritariamente escritas, ainda que questione esse padrão. Isso talvez se dê porque fontes escritas facilitam o estudo, mas caso esse seja o único motivo, por que são as fontes orais ainda consideradas como menos válidas na atualidade? Por que há tamanha preferência por fontes escritas, até mesmo nos estudos sobre populações cujo principal método de contar e manter viva a história é a oralidade? Adicionalmente, como isso afeta não só o quanto vozes de povos originários são ouvidas no meio acadêmico, como também o acesso de indivíduos indígenas a esse meio?

## Os Desafios para a Mudança Necessária

Percebe-se, entre muitos autores, a cultura letrada sendo vista como intrinsecamente associada à ideia de 'evolução', ao desenvolvimento do pensamento e da consciência racional. Nesse sentido, Maria Antonieta Antonacci, professora do Departamento de História da PUC-SP, descreve o pensamento do antropólogo Jack Goody:

[...] a escrita modifica o suporte do conhecimento, as condições do exercício da memória e, portanto, a língua, as formas de pensar e de organizar a sociedade, não importando que o escrito seja manuscrito ou impresso, uma vez que o decisivo está na representação ou manipulação gráfica do pensamento. (Antonacci, 2001, p. 108)

Já para a autora Elizabeth Eisenstein, a transformação da cultura ocidental ocorreu não a partir da difusão da

alfabetização, mas sim da imprensa, que redefiniu formas de pensar, assim como a relação dos homens com diferentes aspectos do mundo (Antonacci, 2001). Mesmo com diferentes opiniões quanto a quais atributos da escrita provocaram o desenvolvimento da sociedade ocidental, é claro que uma ideia predomina: o letramento é visto como característica de uma população 'evoluída', 'avançada', 'civilizada', termos que por natureza hierarquizam e desqualificam determinadas culturas em relação a outras.

Quando o uso do termo pré-história começou a ser questionado, muitos passaram a buscar alternativas para substituí-lo e acabaram utilizando denominações como "Era Não-Escrita", "sociedade iletrada" ou "sociedade ágrafa". Percebe-se, aí, certo padrão, sugerido por Antonacci (2001, p. 109): "[...] estudadas por comparação às letradas, sociedades com índices de oralidade são pensadas a partir de um padrão dominante, ante o qual acabam analisadas pela ausência, pelo que lhes falta ante o concebido perfil modelar". Além disso, a história ainda é frequentemente estudada como um progresso linear da oralidade para a cultura escrita. Portanto, apesar das mudanças nos termos utilizados, essa abordagem não é suficiente para eliminar a concepção de que populações com altos índices de oralidade são atrasadas e limitadas. A ideia mais comumente difundida, então, não é que essas populações simplesmente usam a oralidade para narrar sua história, mas sim que ficaram para trás e ainda não evoluíram em direção à escrita.



Para Barthes e Marty (apud Antonacci, 2001), a racionalidade se desenvolve sem ter de estar atrelada ao escrito ou ao oral, podendo acontecer em um ou outro em diferentes momentos, sendo a relação entre esses meios desnecessária, pois um não precisa ser mais avançado que o outro, sendo eles apenas formas diferentes de expressão da racionalidade.

Segundo o historiador Alessandro Portelli (1997), a história oral é uma forma de estudar a história que alia a necessidade de se estabelecer padrões de atenção às variações individuais que se pode encontrar em relatos orais. Ela representa a realidade “[...] como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...]” (Portelli, 1997, p. 16), já que não busca apenas padrões e modelos que transcendem ao indivíduo.

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais [...]. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. (Portelli, 1997, p. 16)

Sob essa ótica, fica claro que a oralidade não é um estágio anterior à escrita, mas sim uma forma distinta de contar a história, cuja natureza acrescenta questões importantes a serem consideradas ao conduzir estudos históricos de uma sociedade. No entanto, é necessário quebrar certos padrões estabelecidos no meio acadêmico para que essa noção possa ser aplicada na prática. A utilização mais frequente da oralidade como fonte para trabalhos e como forma de avaliação já é um passo na direção da sua maior integração ao meio, o que pode gerar também a maior inclusão de povos que reproduzem seus conhecimentos pela oralidade.

## **Características Particulares da Tradição Oral e Sua Interação Com a Escrita**

Tratar da história oral e, principalmente, de suas narrativas particularmente firmadas em memórias é uma atividade aparentemente simples, entretanto, esconde um aspecto moral relevante por parte dos que se propõem a convertê-las em peças escritas. Desse modo, interpretar a história oral nada mais é que compreender que ela se vale de memórias, individuais ou coletivas, produzidas por indivíduos que, em graus distintos, por ela são afetados. Por consequência, registrá-las é também um modo de abandonar certos preconceitos e verdades particulares, com vistas a melhor conhecer a realidade de distintas culturas.

Dessa forma, para além da oralidade e dos registros escritos, cabe ainda, à tradição oral, o papel de revelar o espaço para além das padronizações de um mundo cientificamente rigoroso, envolto em certezas supostamente incontestáveis. Conclui-se, então, que, embora se produzam verdades diversas, nem todas carregam a pureza dos fatos, mas de forma alguma se tornam irrelevantes, pois fazem parte da distinta realidade abraçada pelo outro. Tem-se, assim, a principal característica dessa construção da oralidade: o respeito aos valores de cada indivíduo e, por consequência, as suas contribuições únicas à grande história humana através dos séculos.

Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. [...] A história oral como uma arte do indivíduo, portanto, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade. A diferença é, antes de mais nada, aquela entre as numerosas pessoas com quem conversamos, porém, compreende, também, o elemento de serem diferentes de nós. (Portelli, 1997, p. 17-18)

Nessa perspectiva, oralidade marca, fundamentalmente, as produções do ativista ambiental Ailton Krenak, que se tornou, em 2023, o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Apesar do considerável volume de livros publicados, estes se tratam, em sua maioria, de transcrições de suas falas, editadas no formato impresso, expandindo o alcance de suas palavras.

Quanto à sua experiência com a literatura, Ailton Krenak disse, em depoimento ao Centro Cultural UFMG, em 2021:

Os processos que envolvem a minha experiência da literatura, eles são ricos em implicações afetivas, todos eles têm um cheiro, um gosto, um aroma, têm uma configuração de estados emocionais e espirituais que me afetam. São, de alguma maneira, uma extensão dessa pessoa que eu vou constituindo e que consigo verbalizar. A experiência com os textos no formato poema me surpreende pelo fato de ela ter um poder de comunicar e provocar em algumas outras pessoas o desejo de verbalizar alguns desses textos. (Centro Cultural UFMG, 2021)

É possível observar, em sua fala, como a escrita e a oralidade trabalham em conjunto. Suas comunicações, realizadas em eventos diversos nos quais ele é capaz de entrar em contato com numerosas implicações afetivas, podem ser transformadas em livros cuja escrita é banhada por tais implicações. Um poema que ele escreve, por sua vez, pode ser declamado, oralizado de forma a refletir as emoções depositadas no papel.

Esses dois meios de narrar a realidade, apesar de distintos, não precisam ser observados de maneira que os posicione sempre alheios um ao outro, pois, ao serem trabalhados em conjunto, podem gerar uma experiência multifacetada do ato de retratar e absorver uma narrativa. Logo, ter um indivíduo como Ailton Krenak ocupando uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras é extremamente significativo, por sinalizar o reconhecimento

de uma forma de produção de conhecimento que vai além da pura e simples escrita como literatura.

A verdade é que, entre produções indígenas, a junção da tradição oral com a tradição escrita não tem nada de novo. Inicialmente, foram etnólogos e antropólogos os responsáveis por reproduzir os mitos e as histórias cedidos a eles pelos povos originários. Com o passar do tempo, no entanto, os próprios indígenas passaram a ter acesso mais amplo à escrita e à publicação e tomaram para si a responsabilidade de disseminar suas histórias e saberes, que há muito existiam no coletivo oralizado de seus respectivos povos (Dorrico, 2018, p. 132).

Para além disso, há uma ampla seleção de obras escritas e publicadas por indivíduos indígenas, como é o caso do anteriormente mencionado Ailton Krenak, ou do xamã yanomami Davi Kopenawa, autor da obra *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, narrada oralmente por ele e gravada e transcrita pelo antropólogo francês Bruce Albert, gerando, assim, um resultado descrito pelo antropólogo como um “texto escrito/falado a dois” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 537).

Essa junção de tradições representa duas coisas: o ato de resistência contra a violência histórica sofrida pelos indígenas (que além de física foi também simbólica, sufocando suas tradições, crenças, línguas e histórias) e a projeção de tal resistência para alcançar mais pessoas, como expressa a escritora indígena Trudruá Dorrico (2018, p. 133-134):

Nesse sentido, podemos afirmar que a literatura indígena têm sido um lugar que encontra e apoia um duplo movimento para essas matérias, o da autoexpressão da alteridade e de resistência concomitantemente, constituindo e permitindo, ainda, na contemporaneidade, o protagonismo ao sujeito indígena, que passa a utilizar-se dessa mesma literatura para fomentar pública e politicamente a causa e o movimento indígenas, configurando uma literatura militante, ativista e engajada, marcada pela politização da condição indígena [...].

Pode-se dizer que, pela obra *A queda do céu*: palavras de um xamã yanomami, a tradição ancestral yanomami da oralidade pode se tornar mais acessível aos não indígenas, de modo a disseminar entre eles as ideias que Davi Kopenawa acredita que devem ser ouvidas, em especial porque os não indígenas são justamente os que mais precisam ouvir os avisos xamânicos, que são também avisos da Terra, que busca não mais ser vista como objeto a ser usado, e sim como ser vivo ao qual a humanidade está, ou deveria estar, intrinsecamente ligada. (Dorrigo, 2018, p. 135)

É interessante observar tanto essa obra de Davi Kopenawa e Bruce Albert quanto as de Ailton Krenak, pois são claros exemplos de como a junção da oralidade e da escrita transforma ambas, criando uma escrita que foge levemente da linguagem padronizada ao refletir expressões orais e, dessa forma, aproximar as duas tradições.

## **A Inclusão de Indivíduos Indígenas Em Meios Acadêmicos**

Já se sabe de onde vem a resistência contra a utilização de fontes orais em meios acadêmicos e já se entende a importância da oralidade para perpetuação da tradição de povos indígenas e para os estudos de História, assim como as formas como ela pode ser útil para incrementar o processo da escrita. Ainda é necessário, porém, refletir quanto às formas pelas quais se pode ativamente inserir, na academia, os indivíduos indígenas que estiverem interessados em seguir tal caminho. Esses meios podem e devem ir além da maior valorização de fontes orais.

A UniEvangélica Campus Anápolis é uma instituição de ensino superior do estado de Goiás que se orgulha de ter, em suas unidades, alunos indígenas de diferentes etnias. Nos anos de 2023 e 2024, a universidade organizou eventos para celebrar a Semana dos Povos Indígenas, no mês de abril. Nos dois anos, a celebração contou com jogos tradicionais (arco e flecha, cabo de guerra e levantamento de tora), alimentos feitos com matérias-primas típicas indígenas, pinturas corporais tradicionais, artesanato e amostras fotográficas, tudo isso com a ativa participação de alunos indígenas da unidade.

Segundo matéria publicada no site da universidade, o evento busca ser “[...] um momento de valorização cultural, aprendizado e reflexão, proporcionando uma oportunidade

única para a comunidade acadêmica e o público em geral [...]” (UniEvangélica, 2024, s/p).

A UniEvangélica afirma que essa presença de povos originários no campus se deve, em grande parte, ao programa UniMISSÕES, que é uma parceria com organizações que atendem comunidades em contextos remotos e povos tradicionais, e afirma querer unir objetivos acadêmicos e missionários. Apesar do forte peso histórico associado à interação entre as culturas indígenas e a religião cristã, no que diz respeito às comunidades indígenas, o programa diz buscar apenas fornecer bolsas de estudos, coordenar um Programa de Acompanhamento Acadêmico e promover pesquisas científicas em conjunto.

Outra universidade que tomou iniciativa para facilitar a integração de indivíduos indígenas em seu espaço foi a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, em 2023, inaugurou três residências exclusivas para esses estudantes, com trinta e cinco vagas. A UFMG também realiza um vestibular suplementar paralelo ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e essas vagas são destinadas exclusivamente àqueles que vivem nas comunidades indígenas do território brasileiro. O site da universidade afirma que esse processo seletivo objetiva possibilitar que indígenas aldeados levem os saberes adquiridos de volta para suas comunidades, atuando como dentistas, médicos, enfermeiros, agrônomos, advogados e biólogos (UFMG, 2023).



O estado de Paraná também já criou um vestibular específico para povos indígenas. Segundo o site do governo do estado, essa política pública de incentivo à educação superior foi implementada há mais de duas décadas e oferta cerca de 50 vagas para diversos cursos regulares da graduação, em nível de bacharelado, licenciatura e tecnológico. O processo seletivo exclusivo é denominado Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná e ocorre no formato presencial e na modalidade educação a distância (EaD) (Governo do Estado do Paraná, 2023). A maior parte das vagas é distribuída entre diferentes universidades estaduais e algumas são fornecidas para a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Até o ano de 2023, o estado contava com 291 estudantes indígenas e 195 já haviam se formado.

Esses são alguns exemplos de iniciativas que devem se tornar cada vez mais comuns para que o meio acadêmico, originalmente limitado e elitista, possa se abrir mais amplamente para indivíduos de diferentes origens, conhecimentos e culturas. A promoção de vestibulares exclusivos para povos indígenas, a construção de moradias gratuitas próximas aos centros acadêmicos e a integração dessas diversas culturas no meio proporciona mais acesso de profissionais indígenas nas aldeias, que possuem não só a formação acadêmica para atender às suas necessidades, como também o conhecimento de suas especificidades culturais, sociais e histórias, afinal, são membros das próprias comunidades.

Além disso, ao incluir mais ativamente os meios indígenas de produção e reprodução de conhecimento nas universidades, espera-se aumentar a inclusão e o interesse desses indivíduos em tópicos como história, geografia e ciências sociais, entre outros, nos currículos e na vivência acadêmica.

## Considerações Finais

O estudo da história está inegavelmente vinculado aos métodos de registro dos acontecimentos. Desde os primórdios, a humanidade faz uso da fala para transmitir saberes e compartilhar experiências, tecendo uma rica tapeçaria de culturas e tradições orais. Conforme as sociedades se desenvolvem, distintamente recorrem a outros métodos de transmissão e armazenamento de conhecimento, adaptando-se à escrita e, eventualmente, à impressão de textos e livros.

Esse processo de passagem da oralidade para a escrita causou transformações profundas na forma como a humanidade percebe e organiza sua memória coletiva. A escrita facilita o processo de registro e obtenção do saber e serve também como forma de controle e padronização do conhecimento. Embora eficiente, não substituiu por completo a oralidade, e não deve substituí-la, pois a transmissão oral de saberes é rica em tradição e particularidades que não podem ser replicadas por outros meios. Ainda assim, percebe-se uma subvalorização de

culturas majoritariamente oralizadas, em particular as indígenas, o que resulta na manutenção de ideais deturpados sobre elas.

Desde as primeiras leituras do novo mundo americano, invadido e reescrito por quem o tratava como retrógrado e selvagem, a história se acostumou a marginalizar indivíduos e a silenciar suas vozes, reforçando preconceitos ao alvorecer de cada novo dia. Com a inserção de figuras indígenas no meio literário e acadêmico brasileiro, tais como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, nota-se um processo crucial de resistência contra esse processo de marginalização.

Assim sendo, perceber a integração entre as bases orais e letradas propostas, principalmente, por autores indígenas, demonstra que ambas as formas de conhecimento podem coexistir e, em parceria, enriquecer uma à outra, em uma compreensão natural da realidade. Só assim será possível contemplar plenamente a riqueza das experiências humanas e garantir que todas as vozes possam ser ouvidas e difundidas, abrindo espaço para um mundo acadêmico mais respeitoso e democrático.

## **Agradecimentos**

Agradecimentos ao suporte financeiro oferecido pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## Referências

ANTONACCI, M. A. TRADIÇÕES DE ORALIDADE, ESCRITURA E ICONOGRAFIA NA LITERATURA DE FOLHETOS: NORDESTE DO BRASIL, 1890/1940. **Proj. HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 22, JUN. 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA**. BRASÍLIA: MEC, [s.d.].

CENTRO CULTURAL UFMG. ESCRITA DA ORALIDADE – AILTON KRENAK. **YouTube**, 27 JAN. 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=BoYzKk-4N7o](https://www.youtube.com/watch?v=BoYzKk-4N7o). ACESSO EM: 16 JUL. 24.

COM VESTIBULAR ESPECÍFICO, PARANÁ FACILITA ACESSO DE INDÍGENAS A CURSOS NAS UNIVERSIDADES. **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**, 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.AEN.PR.GOV.BR/NOTICIA/COM-VESTIBULAR-ESPECIFICO-PARANA-FACILITA-ACESSO-DE-INDIGENAS-CURSOS-NAS-UNIVERSIDADES](https://www.aen.pr.gov.br/noticia/com-vestibular-especifico-parana-facilita-acesso-de-indigenas-cursos-nas-universidades). ACESSO EM: 30 JUL. 24.

DORRICO, J. A LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: A ORALIDADE NO IMPRESSO NA OBRA *A QUEDA DO CÉU: PALAVRAS DE UM XAMÃ YANOMAMI*, DE DAVI KOPENAWA E BRUCE ALBERT. **REVISTA LÍNGUA & LITERATURA**, [s.l.], v. 20, n. 36, p. 133-150, 2018.

FONSECA, L. A., O SENTIDO DA NOVIDADE NA CARTA DE PÊRO VAZ DE CAMINHA. **REVISTA USP**, SÃO PAULO, n. 45, p. 38-47, MARÇO/MAIO 2000.

GÂNDAVO, PÊRO DE MAGALHÃES. **HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ**. BELÉM: UNAMA, 2013.

GOFF, JACQUES LE. **HISTÓRIA E MEMÓRIA**. CAMPINAS: EDITORA UNICAMP, 1990.

JOGOS TRADICIONAIS MARCARAM PRIMEIRO DIA DA SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS NA UNI-EVANGÉLICA. **UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS**, 2023.

## Dando Voz à Resistência: a Importância da Oralidade nos Meios Acadêmicos

Ana Carolina da Silva • Poliene Soares dos Santos Bicalho • Wisley Micael Soares da Silva

DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW4.UNIEVANGELICA.EDU.BR/NOTICIA/JOGOS-TRADICIONAIS-MARCARAM-PRIMEIRO-DIA-DA-SEMANA-DOS-POVOS-INDIGENAS-NA-UNIEVANGELICA](https://www4.unievangelica.edu.br/noticia/jogos-tradicionais-marcaram-primeiro-dia-da-semana-dos-povos-indigenas-na-unievangelica). ACESSO EM: 30 JUL. 24.

STRAUSS, CLAUDE LÉVI. **O PENSAMENTO SELVAGEM**. CAMPINAS: PAPIRUS EDITORA, 1989.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A QUEDA DO CÉU: PALAVRAS DE UM XAMÃ YANOMAMI**. TRADUÇÃO DE BEATRIZ PERRONE-MOISÉS. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2015.

PORTELLI, A. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL. **PROJ. HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 15, p. 13-49, ABR. 1997.

PROUS, A. **O BRASIL ANTES DOS BRASILEIROS: A PRÉ-HISTÓRIA DE NOSSO PAÍS**. 2. ED. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2006.

SANTANA, T. O.; SANTANA, G. FONTES ORAIS E NARRATIVAS INDÍGENAS: AS MÔNADAS COMO POSSIBILIDADE TEÓRICO METODOLÓGICA. **HISTÓRIA ORAL**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 320-339, JAN./JUN. 2019.

UFMG INAUGURA TRÊS RESIDÊNCIAS EXCLUSIVAS PARA ESTUDANTES INDÍGENAS. **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**, 2023. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://UFMG.BR/COMUNICACAO/NOTICIAS/UFMG-INAUGURA-TRES-RESIDENCIAS-EXCLUSIVAS-PARA-ESTUDANTES-INDIGENAS](https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-inaugura-tres-residencias-exclusivas-para-estudantes-indigenas). ACESSO EM: 30 JUL. 24.

UNIEVANGÉLICA CELEBRARÁ A II SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS COM ATIVIDADES CULTURAIS, GASTRONÔMICAS E RODAS DE CONVERSA. **UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS**, 2024.

DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW4.UNIEVANGELICA.EDU.BR/NOTICIA/UNIEVANGELICA-CELEBRARA-A-II-SEMANA-DOS-POVOS-INDIGENAS-COM-ATIVIDADES-CULTURAIS-GASTRONOMICAS-E-RODAS-DE-CONVERSA](https://www4.unievangelica.edu.br/noticia/unievangelica-celebrara-a-ii-semana-dos-povos-indigenas-com-atividades-culturais-gastronomicas-e-rodas-de-conversa). ACESSO EM: 30 JUL. 24.

UNIMISSÕES. **UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS**. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW4.UNIEVANGELICA.EDU.BR/DEPARTAMENTO/UNIMISSOES](https://www4.unievangelica.edu.br/departamento/unimissoes). ACESSO EM: 30 JUL. 24.